

ENTREVISTA EXCLUSIVA / FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Um projeto para a Amazônia

O cenário da economia amazonense pós-Zona Franca de Manaus começou a ser idealizado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. "É um projeto de futuro para a Amazônia, consistente e multiplicador", definiu FHC, em entrevista exclusiva a A CRÍTICA, esta semana. O novo modelo de sustentação econômica da região passa por investimentos em energia, hidrovias, portos e biotecnologia, projeta o presidente. Ele anuncia ainda uma iniciativa para reduzir a pirataria das espécies vegetais, que "viabilizará a criação de um pólo de bioindústrias na Amazô-

nia, gerando emprego e renda". O objetivo de FHC é aproveitar o banco genético da Amazônia. O Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentado da Amazônia (Probem), faz parte desse esforço de modernização e amplia as possibilidades de investimentos na região, destaca o presidente. Inicialmente, de acordo com FHC, o governo federal tem programados investimentos no Probem de R\$ 60 milhões até 2003. O presidente trabalha em sintonia com o governador Amazonino Mendes, que, na sua opinião, tem tomado medidas energéticas para cortar gastos, organizar a máqui-

na administrativa e, ao mesmo tempo, investir no desenvolvimento do estado. Dentro do seu partido, conta com o reforço de outro político local, o deputado federal Artur Virgílio Neto, secretário-geral do PSDB, com quem costuma trocar idéias sobre os problemas da região. No olho do furacão, FHC tenta administrar a crise sem perder o rumo dos projetos que considera importantes em seu segundo mandato. Um dos principais objetivos é diminuir as desigualdades sociais. Ele concorda com a tese de Amazonino Mendes, segundo a qual a crise atual levará o País ao desenvolvimento. A seguir a entrevista:

SEBASTIÃO REIS

A CRÍTICA - O SENHOR INICIA SEU SEGUNDO MANDATO E, HÁ CINCO ANOS NO GOVERNO, OS CRÍTICOS DE SUA ADMINISTRAÇÃO DIZEM QUE O SENHOR FEZ POUCO PELA AMAZÔNIA. O DESMATAMENTO AUMENTOU. OS CONFLITOS SOCIAIS IDEM. O FOSCO COM AS REGIÕES MAIS DESENVOLVIDAS HOJE É BEM MAIOR E A ECONOMIA DA REGIÃO CONTINUA DEPENDENTE DAS MESMAS ATIVIDADES ECONÔMICAS. O QUE O SENHOR, DE FATO, FEZ PELA REGIÃO?

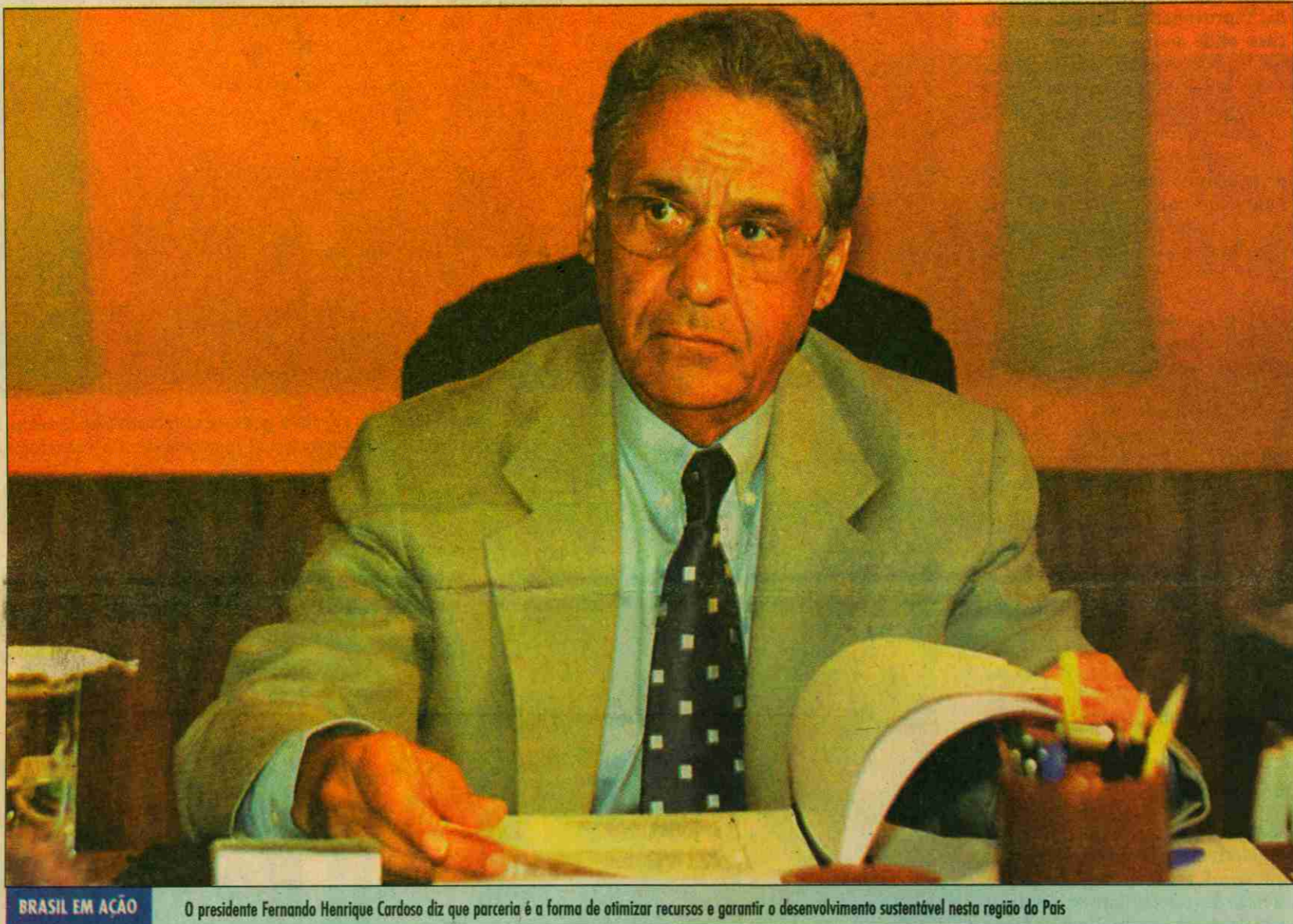
Fernando Henrique Cardoso - O programa "Brasil em Ação", que lancei em 1996, inclui cinco empreendimentos na área de infra-estrutura essenciais para o desenvolvimento da região amazônica: a hidrovia do Madeira, a linha de transmissão de Tucuruí, o gás natural de Urucu, a pavimentação da BR-174 e a recuperação das BRs-364/163. A implantação da linha de Tucuruí, o chamado de Tramoeste, cria uma expectativa de geração de mais de dois mil empregos diretos e cinco mil indiretos em lugares como Pacajá, Senador Porfírio, Vitória do Xingu, Medicilândia e Brasil Novo.

Na região que será beneficiada pela energia elétrica existem plantações de seringueira, cacau, pupunha, dendê e frutas tropicais, o que vai permitir a instalação de agroindústrias de processamento de frutas, gerando mais empregos. Outros programas estão sendo executados. O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) terá a finalidade de integrar, avaliar e difundir conhecimentos - dados e informações - que permitam ações globais e coordenadas dos órgãos governamentais na Amazônia Legal para o desenvolvimento sustentado da região.

Em suas atividades, o Sipam será apoiado pela infra-estrutura de meios técnicos que constituem o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Sua primeira fase já estará em funcionamento no próximo ano.

Da mesma forma, procurei dinamizar o Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira e o Programa Calha Norte. O Programa Calha Norte foi criado em 1985, pelo governo federal, para atender à necessidade de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional. O Calha Norte é conduzido por intermédio de parceiras com 38 entidades federais, estaduais e municipais. O programa abrange 69 municípios, 38 dos quais ao longo dos 5.993 km de fronteira, no Amapá, Amazonas, Pará e Roraima. Sua área de atuação corresponde a 14% do território nacional, onde habitam mais de dois milhões de brasileiros. Entre os quais 25% da população indígena do Brasil. As ações do programa se dão por meio da construção e manutenção de rodovias, implantação de pequenas centrais elétricas, implantação de centros de telecomunicações, proteção e assistência às comunidades indígenas, educação, marcos da fronteira, vigilância aérea naval e terrestre.

O Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira, criado em 1955 e revitalizado no meu governo, é resultado da importância de fazer com que o desenvolvimento e o bem-estar pudessem alcançar as mais remotas regiões do País. Isso inclui a construção de escolas e de postos de saúde, a reforma de escolas e obras de infra-estrutura, tais como construções de pontes, unidades sanitárias, creches e



BRASIL EM AÇÃO O presidente Fernando Henrique Cardoso diz que parceria é a forma de otimizar recursos e garantir o desenvolvimento sustentável nesta região do País

até um aeroporto. Em 1997 e 1998, foi realizado um total de 92 projetos em municípios amazônicos. A previsão para 1999 é a execução de 54 projetos para a região.

AC - DAS OBRAS QUE O SENHOR CONSIDERA IMPORTANTES PARA A REGIÃO, NO SEU GOVERNO, MUITAS SÃO ASSOCIADAS AOS GOVERNOS ESTADUAIS. ISSO FOI UMA FALHA DE COMUNICAÇÃO OU UMA ESTRATÉGIA POLÍTICA DE PARCERIA COM OS GOVERNADORES?

FHC - As parcerias são necessárias não apenas com os governadores, mas também com os prefeitos e a sociedade local. Essa é a forma de otimizar os recursos disponíveis e obter o desenvolvimento sustentável nas diferentes regiões do País.

AC - QUAL O FUTURO DA AMAZÔNIA, ECONÔMICO E SOCIAL?

FHC - Nestes últimos três anos tornou-se freqüente a formulação de cenários para o futuro da Amazônia. Vários trabalhos em curso procuram salientar o papel crucial da região para todo o País. Um seminário sobre o cenário Brasil 2020, realizado em Belém, em 14 de outubro do ano passado, teve a participação de líderes de entidades sociais, representando as federações e sindicatos da indústria, comércio, agricultura, organização das cooperativas e Sebrae dos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Pará, Roraima e Tocantins, além de representantes da Sudam, Suframa, Basa, Petrobrás, FAOR e UFPA. Identificaram-se os principais desejos e aspirações para a região. No plano internacional, almeja-se a integração soberana e cautelosa com a economia mundial, a integração com os países vizinhos, membros do Tratado de Cooperação Amazônica, a intensificação do relacionamento político e econômico com outros espaços internacionais. No plano

nacional, espera-se o acolhimento das propostas locais para melhor integrar a região Norte com o desenvolvimento do resto do País e a correlata promoção de reformas que levem à eliminação dos desníveis inter-regionais. Mencionaram-se, igualmente, muitas outras idéias, desde a melhoria dos meios de transportes, telecomunicações e energia para acompanhar o avanço tecnológico e facilitar a integração competitiva com a economia mundial à ênfase em áreas novas de atividades, notadamente a biotecnologia.

No plano social, confia-se na redução das desigualdades sociais com o aumento da renda e da qualidade de vida, valorizando o homem rural com políticas específicas para alcançar melhores níveis de qualidade de vida, com a promoção da educação, preservando-se os valores culturais e resgatando-se a identidade cultural do amazônida.

No plano ambiental, acentuaram-se a redução da degradação ambiental e a elevação da participação dos recursos internacionais em projetos de desenvolvimento sustentado e a implementação da Agenda Amazônica XXI, em todos os aspectos, sobretudo a proteção à biodiversidade, e maior rigor no cumprimento da legislação ambiental. Para a consecução desses desejos, foram sugeridas principalmente as seguintes estratégias e políticas públicas: a) definição de políticas públicas de desenvolvimento regional e setorial com vistas à superação de deficiências estruturais e com prioridade para investimentos em infra-estrutura básica, educação formal e profissional, ciência e tecnologia e proteção ao meio ambiente; políticas claras de ordenamento territorial mediante o zoneamento ecológico/econômico que facilite, entre outros aspectos, a demarcação e regulamentação das unidades de conservação ambiental, o ordenamento do processo de urbanização

na região, a reforma agrária e o combate ao narcotráfico.

AC - OS NÚMEROS DA RECEITA FEDERAL MOSTRAM QUE O SUDESTE É A REGIÃO QUE MAIS RECEBE INCENTIVOS FISCAIS DO GOVERNO FEDERAL. MAS A ZONA FRANCA É O ALVO DA MÍDIA QUANDO SE TRATA DE CRITICAR CONCESSÕES FISCAIS. PARA O SENHOR, É MELHOR INCENTIVAR AS INDÚSTRIAS, COMO A DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO, NO SUDESTE, OU AS DO SEGMENTO ELETROELETRÔNICO DA REGIÃO NORTE? E QUAL O PESO QUE CADA REGIÃO DEVE TER NA DISTRIBUIÇÃO DOS INCENTIVOS?

FHC - Em primeiro lugar, é importante analisar o conteúdo das chamadas renúncias fiscais, que constam, por determinação constitucional, de anexo à proposta da lei orçamentária anual. Dessas renúncias, fazem parte, por exemplo, as isenções de IPI e os créditos sobre os insumos que incidem sobre produtos exportados, assim como as isenções dos impostos sobre a importação de insumos e material de embalagem que compõem os produtos exportados. É certo que tais isenções sejam concedidas, já que, se exportarmos impostos, não seremos competitivos no mercado internacional. Sendo o Sudeste o que mais exporta produtos manufaturados, em valores absolutos ou relativos, é natural que sejam elevadas as renúncias fiscais relativas às empresas lá instaladas. Com relação à Zona Franca de Manaus, há que se ter em conta que o investimento na região é tanto mais atrativo quanto maior for a parcela de insumos importados - o que pode implicar pouca agregação de valor na região - e a alíquota do IPI correspondente, já que as vendas para o restante do país estão isentas do pagamento desse imposto. Não é, portanto, por acaso que, na região se concentram as empresas do setor eletroeletrônico, do setor relojoeiro, de descartáveis, como isqueiros, canetas, etc, ou de duas rodas, para citar apenas os mais importantes.

Portanto, o incentivo federal para a industrialização da região já é concedido e está sendo ampliado toda vez que são aprovados projetos pelo Conselho de Administração da Suframa, a exemplo dos 20 projetos que foram aprovados na reunião do dia 18, que implicaram investimentos superiores a R\$ 200 milhões. Quanto ao setor automotivo, tratou-se de uma redução do IPI e não isenção, com prazo determinado, tendo em vista que a maioria dos governos estaduais em que se localizam as montadoras se mostrou disposta a reduzir o ICMS. Essas medidas de emergência têm como objetivo reativar as vendas para reduzir os impactos sobre o emprego e a arrecadação de impostos.

AC - O PROJETO SIVAM COMEÇOU A SAIR DO PAPEL. É POSSÍVEL CONCLUI-LO NESTE GOVERNO?

FHC - O prazo para implantação total do Sistema é de cinco anos, a contar de 25 de julho de 1997. A previsão é de que a faixa central da região da Amazônia Legal, de Roraima a Brasília, esteja em operação em meados do ano 2000. Nesta primeira etapa, a área de cobertura será o eixo Boa Vista-Manaus-Brasília. No campo da segurança, os benefícios se farão sentir na vigilância aérea e de superfície, controle do tráfego aéreo, auxílio à navegação aérea, apoio à navegação fluvial, facilidade de radiolocalização, proteção das terras indígenas, controle de fronteiras, monitoração de comunicações clandestinas, detecção de rotas de narcotráfico e contrabando, localização de pistas clandestinas, plantio, garimpos ilegais e degradações ambientais como a extração irregular de reservas minerais e naturais.

AC - A MÍDIA INTERNACIONAL DENUNCIA A BIOPIRATARIA NA AMAZÔNIA. DESDE A ÉPOCA DO CICLO DA BORRACHA, QUANDO SEMENTES DE SERINGUEIRA FORAM LEVADAS POR BOTÂNICOS PARA A MALÁSIA E PLANTADAS EM SÉRIE, EM REGIÃO COM CONDIÇÕES

CLIMÁTICAS PARECIDAS COM AS DA AMAZÔNIA, O PAÍS SOFRE COM O CONTRABANDO DE SUAS RIQUEZAS. É POSSÍVEL CONTER ESSE PROCESSO?

FHC - Estamos desenvolvendo um projeto de maior importância, que faz parte do Brasil em Ação, que é o Programa de Biotecnologia Molecular da Amazônia, o Probem. trata-se de uma iniciativa que conjuga esforços do governo do Amazonas e do governo federal, por intermédio da Suframa, que vai criar condições objetivas para redução da pirataria das espécies vegetais e viabilizar o surgimento de um pólo de bioindústrias na Amazônia, gerando emprego e renda.

AC - PRESIDENTE, NO SEU PRIMEIRO MANDATO, O SENHOR INICIOU A IMPLANTAÇÃO DA HIDROVIA DO RIO MADEIRA, AINDA NÃO CONCLUÍDA. ESTÁ EM SEUS PLANOS CONCLUIR ESSA HIDROVIA E AMPLIAR A REDE DE HIDROVIAS NA AMAZÔNIA, NESTE SEGUNDO MANDATO?

FHC - A hidrovia do Madeira é, hoje, navegável em toda a sua extensão e se encontra em operação desde abril de 97, o que reduziu em até 50% o custo do frete para alguns produtos. Uma das regiões beneficiadas vai ser a Chapada dos Parecis, em Mato Grosso, cujo potencial agrícola soma 20 milhões de hectares, capazes de produzir até 60 milhões de toneladas anuais de grão. Isso porque sua produção poderá ser escoada pela BR-364 até Porto Velho e, de lá, seguir pela hidrovia até Itacoatiara. O Ibama já emitiu a licença para os serviços de derrocamento (retirada de rochas) do canal, o que vai permitir a navegação de dia e de noite durante o ano inteiro. A hidrovia vai permitir, também, o escoamento da produção da Zona Franca de Manaus para os centros consumidores: de Sul e da produção de grãos do Centro-Oeste. Já a hidrovia Araguaia-Tocantins vai permitir a implantação de um eixo de transporte hidro-rod-ferroviário ligando o Planalto Central aos portos do Maranhão e do Pará. Serão mais de mil quilômetros navegáveis entre Aruanã (Goiás) e Xambioá (Tocantins). Mais de 550 quilômetros no rio das Mortes, entre Nova Xavantina (Mato Grosso) e sua junção com o Araguaia. A essa hidrovia podem ser acrescentados mais 420 quilômetros do rio Tocantins, entre Miracema do Tocantins e Estreito (Maranhão).

AC - OS INCENTIVOS FISCAIS DA ZONA FRANCA DE MANAUS ACABAM EM 2013, MAS JÁ EM 2005 AS INDÚSTRIAS DEVERÃO REDUZIR OS INVESTIMENTOS EM MANAUS. FALA-SE EM ECOTURISMO E BIOTECNOLOGIA COMO ALTERNATIVAS ECONÔMICAS AO MODELO DA ZFM. O QUE O GOVERNO FEDERAL ESTÁ FAZENDO NESSAS ÁREAS PARA AJUDAR A CRIAR UM NOVO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA?

FHC - Temos um projeto de futuro para a Amazônia, consistente e multiplicador, cujo impacto positivo, além do domínio e conhecimento de nossa biodiversidade, será agregar o valor a produtos que, ainda hoje, são exportados "in natura" para depois serem importados pelo Brasil, como compostos químicos e farmacêuticos industrializados. O Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Amazônia, o Probem, faz parte desse esforço de modernização e amplia as possibilidades de investimento na região a partir da exploração de sua biodiversidade. O Probem tem programados investimentos de R\$ 60 milhões até 2003 em conjunto com a iniciativa privada.

Gilberto Alves/AJB - 14/out/98